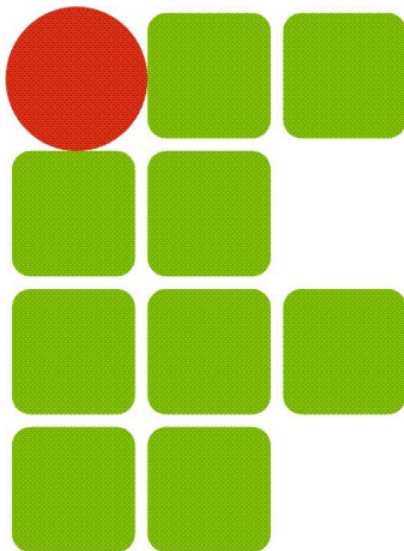




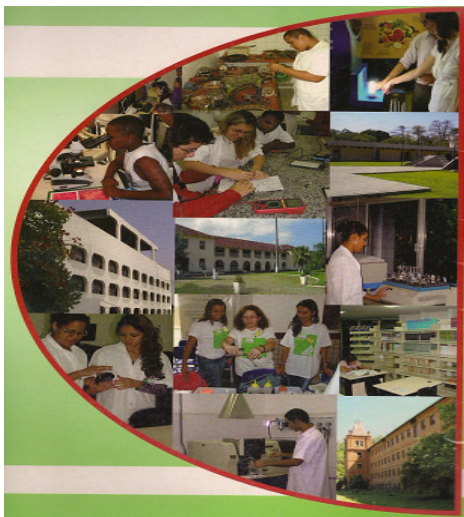
2012

(CICLO 2012-2014)

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO DE JANEIRO**





Dilma Vana Rousseff
PRESIDENTE DA REPUBLICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Marco Antônio de Oliveira
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Fernando Cesar Pimentel Gusmão
REITOR

Fernando Antonio Miranda Sepúlveda
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Armando dos Santos Maia
PRÓ-REITOR DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

Monica Romitelli de Queiroz
PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Marcos Tadeu Couto
PRÓ-REITOR DE PESQUISA, INOVAÇÃO E
PÓS-GRADUAÇÃO

Rafael Barreto Almada
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Manoel Virgílio de C. Cortês
DIRETOR GERAL DO CAMPUS AVANÇADO ARRAIAL DO CABO

Teresa Cristina de Jesus Moura Martins
DIRETORA GERAL DO CAMPUS DUQUE DE CAXIAS

Rodney Cezar de Albuquerque
DIRETOR GERAL DO CAMPUS AVANÇADO
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

Grazielle Rodrigues Pereira
DIRETORA GERAL DO CAMPUS MESQUITA

Sheila Pressentin Cardoso
DIRETORA GERAL DO CAMPUS NILÓPOLIS

Cristiane Henriques de Oliveira
DIRETORA GERAL DO CAMPUS PARACAMBI

Carlos Eduardo Gabriel Menezes
DIRETOR GERAL DO CAMPUS NILO PEÇANHA-PINHEIRAL

Sandra da Silva Viana
DIRETORA GERAL DO CAMPUS REALENGO

Jefferson Robson Amorim da Silva
DIRETOR GERAL DO CAMPUS RIO DE JANEIRO

Paulo Chagas
DIRETOR GERAL DO CAMPUS SÃO GONÇALO

Alexandre Mendes
DIRETOR GERAL DO CAMPUS VOLTA REDONDA

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Mandato 2012 – 2013

Ato de Designação:

Portaria nº 53 de 02 de maio de 2012

Marcos José Clivati Freitag
COORDENADOR

Representantes Docentes

Marcos José Clivati Freitag (Titular)
REITORIA

Renato Saldanha Bastos (Titular)
Murillo Minello (Suplente)
CAMPUS ARRAIAL DO CABO

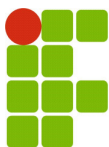
Teresa Cristina de J. M. Martins (Titular)
Rafael Pereira Santana (Suplente)
CAMPUS DUQUE DE CAXIAS

Ricardo Esteves Kneipp (Titular)
Wagner Pinto Izzo (Suplente)
CAMPUS ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

Carla Mahomed Gomes Falcão Silva (Titular)
Ludmila Nogueira da Silva (Suplente)
CAMPUS AVANÇADO MESQUITA

Joyce Alves Rocha (Titular)
Rafael de Souza Dutra (Suplente)
CAMPUS PARACAMBI

Albertina Maria B. de Souza da Silva (Titular)
Sabrina Araújo de Almeida (Suplente)
CAMPUS NILO PEÇANHA-PINHEIRAL



Fernando de Oliveira Bezerra (Titular)
Claudia Almeida de Oliveira (Suplente)
CAMPUS REALENGO

Hudson Santos Silva (Titular)
Ana Paula Lamounier (Suplente)
CAMPUS RIO DE JANEIRO

Alexandre Domingues Gonçalves (Titular)
Francisco Aragão Azeredo (Suplente)
CAMPUS SÃO GONÇALO

Leonardo dos Santos Cescon (Titular)
Eduardo Dessupoio Moreira Dias (Suplente)
CAMPUS VOLTA REDONDA

Representantes Discentes

Pedro Paulo Ferreira Santos (Titular)
Philipe Roger Ortins Moura (Suplente)
CAMPUS ARRAIAL DO CABO

Alexandre de Lima Silva (Titular)
Thiago da Silva Oliveira (Suplente)
CAMPUS NILÓPOLIS

Verônica da P. Martins (Titular)
João Paulo dos Santos Cardoso (Suplente)
CAMPUS PARACAMBI

Cristiano Ferreira Louzada (Titular)
Luiz Paulo de Oliveira Palace (Suplente)
CAMPUS NILO PEÇANHA-PINHEIRAL

Walmir Ferreira Junior (Titular)
Claudia dos Anjos Neto Freitas (Suplente)
CAMPUS REALENGO

Juliana Mendes Monteiro (Titular)
Felipe Siqueira Paes (Suplente)
CAMPUS RIO DE JANEIRO

Vanessa de Magalhães Cruz (Titular)
Joyce de Souza Ferreira (Suplente)
CAMPUS SÃO GONÇALO

Gabriel Ribeiro Figueiredo (Titular)
Wallace Luiz de Assis Barbosa (Suplente)
CAMPUS VOLTA REDONDA

Alexandre Mioth Soares (Titular)
Alexandre Magno de Almeida (Suplente)
CAMPUS ARRAIAL DO CABO

Maria de Fátima dos Santos Vieira (Titular)
Sergia Rossana Sabino Neves (Suplente)
CAMPUS DUQUE DE CAXIAS

Thalia Rocha Pintor (Titular)
Rosi Maria Resende (Suplente)
CAMPUS ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

Roberto Sales Pires (Titular)
Indiara Fernandes de Araújo (Suplente)
CAMPUS AVANÇADO MESQUITA

Irany da Silva Murta (Titular)
CAMPUS NILÓPOLIS

Vanessa Ferreira de Macedo (Titular)
Sandro Luiz Batista Machado (Suplente)
CAMPUS NILO PEÇANHA-PINHEIRAL

Patricia Bolhosa Ferreira Werdt (Titular)
Adriana Sampaio M. da Silva (Suplente)
CAMPUS REALENGO

Felipe Costa de Paiva (Titular)
Sandro Miranda de Rezende (Suplente)
CAMPUS RIO DE JANEIRO

Dalva Lopes Reis (Titular)
Vilma Braga Moreira (Suplente)
CAMPUS SÃO GONÇALO

Silvia Marina Linhares Barboza (Titular)
Aline Hygino Carvalho Monteiro (Suplente)
CAMPUS VOLTA REDONDA

Grupo de Elaboração do Relatório

Alexandre de Lima Silva
Fernando de Oliveira Bezerra
Leonardo dos Santos Cescon

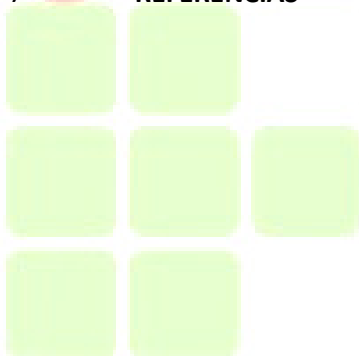
Revisão

Hudson Santos Silva
Marcos José Clivatti Freitag

Representantes Técnicos-Administrativos

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	01
2	O IFRJ	03
2.1	Atuação da Instituição	03
3	A CPA DO IFRJ	06
4	O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM 2012	09
4.1	População Participante da Autoavaliação Institucional 2012	09
4.2	Metodologia	10
5	RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E AÇÕES SUGERIDAS	13
5.1	Dimensão 1	13
5.2	Dimensão 2	14
5.3	Dimensão 3	16
5.4	Dimensão 4	17
5.5	Dimensão 5	19
5.6	Dimensão 6	20
5.7	Dimensão 7	22
5.8	Dimensão 8	24
5.9	Dimensão 9	25
5.10	Dimensão 10	27
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
7	REFERENCIAS	31



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO DE JANEIRO



1. APRESENTAÇÃO

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) objetiva avaliar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes de graduação, valorizando aspectos como ensino, pesquisa e extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente, para uma melhor qualidade da Educação Superior. Por meio de diversos instrumentos (autoavaliação institucional, avaliação institucional externa, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, avaliação dos cursos de graduação, censo e cadastro), o SINAES reúne informações que são importantes para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de oferta de cursos e das instituições.

Os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão colegiado instituído pela lei de criação do SINAES. O CONAES tem como atribuições propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes; além de estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes. A operacionalização das avaliações é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Com o objetivo de coordenar e articular o processo interno de avaliação, bem como sistematizar e disponibilizar informações e dados, a reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) instituiu uma comissão de autoavaliação, denominada Comissão Própria de Avaliação (CPA). O trabalho da CPA pauta-se em avaliação com fins de instrumentalizar as diferentes instâncias internas para o desenvolvimento institucional, visando a melhoria da qualidade das ações em busca do cumprimento pleno da Missão Institucional.

A autoavaliação institucional não é, exclusivamente, uma resposta às exigências de regulação do Estado, mas se configura como uma responsabilidade da comunidade acadêmica de cada instituição, numa concepção emancipatória, sem reducionismo de vincular a avaliação aos mecanismos de distribuição de recursos. As informações que emergem dos processos de autoavaliação institucional, por identificarem potencialidades e fragilidades, são elementos fundamentais para a tomada de decisão pelos gestores, podendo contribuir para o planejamento, especialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

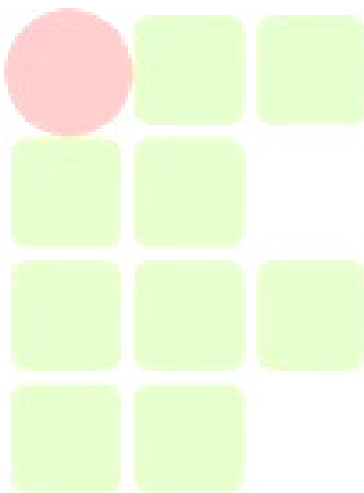
Conforme será descrito no item 3, do presente documento, a CPA do IFRJ possui uma nova estrutura, encontrando-se em fase inicial de trabalhos, momento em que busca adequar as determinações legais e demandas do SINAES com o modelo institucional de ensino verticalizado; e, simultaneamente, criar uma cultura de avaliação com caráter formativo e informativo, permeando a tomada de decisão e mudança, quando necessário.

Este Relatório de Autoavaliação Institucional, referente ao primeiro ano do Ciclo 2012-2014, é o resultado dos trabalhos iniciais da CPA e contempla, prioritariamente, a análise de questionários aplicados a três grandes segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) com a finalidade de avaliar as 10 (dez) dimensões da autoavaliação institucional, previstas pelo SINAES. Não é, ainda,



uma avaliação ampla conforme objetiva a CPA; mas, de um trabalho exaustivo, de um grupo em processo de formação, com limitações temporais e funcionais, desenvolvido no período iniciado em Maio/2012, através da Portaria IFRJ nº 053 de 02 de maio, à Dezembro/2012.

A CPA, conforme arcabouço legal que a institui nas instituições de ensino brasileiras, tem atuação plenamente autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados, particularmente pelo exposto no Art. 11 da lei do SINAES e pelo determinado pela Portaria MEC nº 2051, de 2004. Desta forma, as recomendações da CPA registradas no presente são o resultado das análises realizadas por seus membros, sendo apontadas como forma de produzir mudanças e melhorias com vistas ao aprimoramento institucional e concretização de sua Missão.





2. O IFRJ

O IFRJ foi criado pela a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFET Química de Nilópolis), seguida da integração do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, até então vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF).

O IFRJ tem, na sua trajetória, atuado na formação de jovens e adultos trabalhadores comprometidos com o desenvolvimento sustentável, amparado nos princípios da ética e da cidadania. Atua na perspectiva de uma educação inclusiva atuando para resgatar o direito ao conhecimento e à formação profissional de cidadãos, principalmente daqueles historicamente marginalizados, a quem sempre foi negado o direito de participação e intervenção consciente nos grandes temas que norteiam a vida de uma sociedade, vítimas de um processo histórico de espoliação e negação dos princípios básicos de cidadania.

O novo modelo, no qual se baseia a construção dos Institutos Federais, resgata o compromisso de socialização do conhecimento científico e tecnológico, disponibilizando todo seu aparato cultural e tecnológico à sociedade. O IFRJ, então, deve se constituir em pólo de conhecimento, promovendo atividades culturais nas suas diversas expressões, como nas artes, nos esportes, nas ciências e nas novas tecnologias. Deve atuar fortemente no apoio ao desenvolvimento regional, contribuindo assim com o próprio desenvolvimento nacional, com forte atenção às novas tendências do mundo produtivo e aos arranjos produtivos locais e nacionais, desenvolvendo pesquisa em novos processos e produtos, formação de novos educadores, com envolvimento da comunidade interna e externa a fim de somar forças na tarefa de promover o desenvolvimento humano pleno.

O IFRJ estrutura suas ações a partir de sua Missão e Visão, assim expressas no PDI:

MISSÃO: Promover a formação profissional e humana, por meio de uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento do país nos campos educacional, científico, tecnológico, ambiental, econômico, social e cultural.

VISÃO: O IFRJ, até 2013, se consolidará como instituição de referência em Educação Profissional, científica e tecnológica, integrando as ações de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na disseminação da cultura inovadora e em consonância com as demandas da sociedade.

2.1 ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O IFRJ ergue-se sobre as bases político-pedagógicas alicerçadas pelo CEFET de Química de Nilópolis/RJ, com uma trajetória de quase sete décadas. A instituição formada em 2008 nasce desafiada a manter o elevado padrão histórico de qualidade na formação tecnológica e acrescentar ao seu papel o desenvolvimento social. A Instituição que já atuava na Educação Profissional Técnica, em Nível Médio, e na Educação Superior, em nível de graduação e pós-graduação, foi transformado em Instituto Federal, assumindo novas características e maior autonomia num momento de retomada dos investimentos na rede federal. Assim, os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica - IFET's sucedem os CEFET's num novo projeto de Educação Profissional que prioriza a

melhoria do padrão de vida da população. Dessa forma o IFRJ se insere num projeto de política social focado na melhoria social.

Nesta perspectiva, é importante que se instale uma rotina avaliativa tendo em vista a melhoria das condições de atuação profissional e de desenvolvimento pessoal de alunos, professores e técnicos administrativos com reflexos na comunidade em geral. O levantamento de diferentes aspectos do cenário interno da instituição deverá conduzir a uma reflexão e análise da realidade e projeção de novas estratégias. Neste cenário a CPA assume a responsabilidade de implementar o processo de autoavaliação institucional, levantando e sistematizando informações que sirvam de ferramenta de gestão diante da responsabilidade institucional e das ações de formação desenvolvidas.

Atualmente, a instituição está organizada em 12 (doze) unidades instaladas, sendo Reitoria e 11 (onze) *campi*; bem como, encontra-se em processo de instalação de 05 (cinco) novos *campi*. Em 06 (seis) *campi* são desenvolvidos cursos de graduação e nos demais outros níveis e modalidades, conforme segue:

Campus	Cursos Técnicos	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-Graduação
Arraial do Cabo	Informática Manutenção e Suporte em Informática Meio Ambiente	-	-
Duque de Caxias	Manutenção e Suporte em Informática Petróleo e Gás Plásticos Química Segurança do Trabalho	Licenciatura em Química	-
Paulo de Frontin	Informática para Internet	-	-
Mesquita	-	-	Especialização em Educação e Divulgação
Nilópolis	Controle Ambiental Manutenção e Suporte em Informática Química	Bacharelado em Química Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática Licenciatura em Química CST em Gestão da Produção Industrial CST em Produção	Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Especialização em Gestão Ambiental Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação Especialização em Educação de Jovens e Adultos

		Cultural	
Paracambi	Eletrotécnica Mecânica	Licenciatura em Matemática	-
Nilo Peçanha-Pinheiral	Agente Comunitário de Saúde (EaD) Agroindústria Agropecuária Informática (EaD) Meio Ambiente Secretariado Serviços Públicos (EaD)	-	-
Realengo	-	Farmácia Fisioterapia Terapia Ocupacional	-
Rio de Janeiro / Maracanã	Alimentos Biotecnologia Farmácia Manutenção e Suporte em Informática Meio Ambiente Química	Ciências Biológicas – habilitação em Biotecnologia CST em Gestão Ambiental CST em Processos Químicos	Especialização em Ensino de Ciências com ênfase em Biologia e Química Especialização em Segurança Alimentar e Qualidade Nutricional Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia em Alimentos
São Gonçalo	Segurança do Trabalho Química	-	Especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-brasileiras
Volta Redonda	Automação Industrial Eletrotécnica Metrologia Vendas	Licenciatura em Física Licenciatura em Matemática	Especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática
Total	34	16	11

Fonte: PDI 2009-2013

É importante salientar que na CPA do IFRJ todos os *campi* estão representados, mesmo aqueles que ainda não ofertam cursos em nível superior. Sendo assim, no processo de autoavaliação institucional 2012, a totalidade dos Campi são partícipes do processo em conformidade com as características institucionais. Entende-se que nesse processo, independente de atender a requisitos legais, a

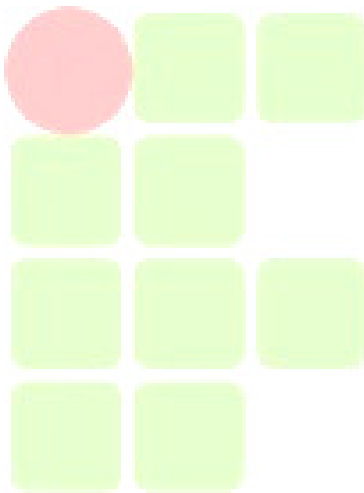


INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO DE JANEIRO

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO – IFRJ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA



autoavaliação institucional deve ser um instrumento que aponte aos gestores caminhos de uma melhoria contínua da instituição, sendo assim consideradas as opiniões de todos os atores envolvidos no processo.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO DE JANEIRO

3. A CPA DO IFRJ

Em 02 de maio de 2012, foram nomeados os membros para composição da CPA IFRJ, pela Portaria Nº 053, pela primeira vez democraticamente eleitos e representando todos os segmentos e unidades (campi e Reitoria). Este grupo de 30 membros titulares e 28 membros suplentes tem empenhado todos os esforços possíveis na implementação de uma CPA ativa, autônoma e sistêmica.

Compreende-se que a CPA possui, para além de identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação junto à sociedade e comunidade acadêmica, a missão de mapear realidades que possibilitem uma leitura integrada e contextualizada, subsidiando os diferentes níveis de gestão e órgãos colegiados. Pois, avaliação institucional, no atual cenário da Educação Superior, implica consciência do quadro histórico em que ela emerge e do momento vivenciado; bem como, compreensão da multiplicidade de dimensões envolvidas e das relações com a regulação, supervisão e avaliação ministerial, especialmente para instituições atípicas e inovadoras como os Institutos Federais.

Defende-se uma avaliação institucional que não pauta-se por aspectos quantitativos, rígidos, fragmentados, reducionistas e punitivos; mas, que possua caráter quantitativo e qualitativo, flexível, contextualizado, claro, objetivo, imparcial e com plena transparência.

A CPA do IFRJ foi criada ainda na institucionalidade CEFETQ, conforme determinação da lei de criação do SINAES, tendo um histórico de tentativas, rupturas, erros e acertos, que assim resume-se:

1º Ciclo Avaliativo 2004-2006 do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis – CEFETQ	
2004	Criada a primeira CPA pela Portaria DG Nº 026 de 24 de junho de 2004, composta por 15 membros, dos diferentes segmentos, para o mandato 2004-2006.
2007	Em 23 de maio de 2007 é aprovado pela CPA o Relatório de Autoavaliação Institucional 2004/2006, correspondente ao 1º ciclo avaliativo.
2º Ciclo Avaliativo 2006-2008 do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis – CEFETQ	
2008	Criada a segunda CPA pela Portaria DG Nº 025 de 05 de junho de 2008, composta por 10 membros, dos diferentes segmentos. No mesmo ano é elaborado e aprovado o Relatório de Autoavaliação Institucional 2006/2008, correspondente ao 2º ciclo avaliativo. Ao final do mesmo ano, o CEFETQ é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, com integração do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, gerando uma nova institucionalidade e sede.

1º Ciclo Avaliativo 2009-2011 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ	
2009	Diante da nova institucionalidade, sede, Estatuto, PDI, PPI, <i>campi</i> e cursos, é nomeado um Coordenador para a CPA, subordinado à Reitoria, com a finalidade de estruturar e conduzir os trabalhos do 1º Ciclo Avaliativo. Houve formação de uma CPA com representantes voluntários de diferentes segmentos. É elaborada uma proposta de Regimento, de Projeto de Avaliação Institucional e de Instrumento de Avaliação (questionário), sem prosseguimento.
2010	Não há registros de desenvolvimento de atividades.
2011	O Coordenador da CPA é dispensado da função pela Portaria DGP/Reitoria Nº 294 de 17 de março de 2011, pouco tempo após ser constituída a Equipe de Reestruturação da Comissão Própria de Avaliação pela Portaria Nº 019 de 27 de janeiro de 2011, composta por docentes e técnicos administrativos. A Equipe de Reestruturação elabora o Plano de Reestruturação, o Regulamento da Eleição da Comissão Própria de Avaliação (aprovado pela Portaria Nº 085 de 22



	de junho de 2011), as ações de sensibilização da comunidade acadêmica e conduz o processo eleitoral. Ao final do processo é elaborado o Relatório de Atividades da Equipe de Reestruturação da CPA.
2º Ciclo Avaliativo 2012-2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ	
2012	Em 10 de abril de 2012 os membros eleitos para a CPA reúnem-se pela primeira vez com o objetivo de compreender o papel da CPA no âmbito da instituição, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, os documentos de autoavaliação e avaliação externa e as necessidades iniciais para a organização dos trabalhos da CPA. No mesmo mês ocorre um segundo encontro onde foi apresentado pela PROGRAD um panorama do ensino de graduação no IFRJ e os processos de regulação, supervisão e avaliação, com destaque para o papel da CPA nos processos de avaliação externa de cursos e da instituição. Pela Portaria Nº 053 de 02 de maio de 2012 foram designados os membros da CPA, eleitos no final do ano de 2011 no processo de reestruturação. Imediatamente após a nomeação e posse, os membros passam a reunir-se regularmente e organizar os trabalhos da primeira CPA eleita, autônoma e com ampla representatividade.

A atual CPA do IFRJ organiza-se em duas instâncias: CPA Sistêmica e Comissões Setoriais de Avaliação - CSA's, estas em cada unidade – *campi* e Reitoria. Neste mandato, a CPA do IFRJ propõe:

- estimular o desenvolvimento de uma cultura institucional de autoavaliação;
- criar a cultura do estudo teórico e das melhores metodologias e práticas de avaliação institucional, inclusive com programa de educação continuada para os membros da CPA e comunidade acadêmica interessada;
- adotar metodologia de coleta de dados e análise que leve em consideração os processos de autoavaliação realizados pelos diferentes setores, cursos e programas; bem como, os resultados de avaliações externas, possibilitando o cruzamento de informações e maior fidedignidade aos resultados; e,
- dar ampla divulgação dos relatórios de avaliação, incluindo reuniões com grupos focais para apresentação dos mesmos e discussão de pontos de interesse, que mobilizem a comunidade acadêmica para a melhoria contínua da instituição.

Para a consecução de suas propostas, na primeira etapa dos trabalhos a CPA teve-se a organizar sua estrutura, com a elaboração do Regimento Interno, aprovado e atualmente tramitando no Conselho Superior (CONSUP); bem como, no período de Maio/2012 a Dezembro/2012, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- realização de 05 reuniões ordinárias, itinerantes, na Reitoria e nos *campi* Nilópolis e Engenheiro Paulo de Frontin;
- realização de 01 reunião extraordinária, na Reitoria;
- realização de 04 reuniões preparatórias para avaliações externas com as Comissões Setoriais de Avaliação, nos *campi* Duque de Caxias, Nilópolis, Rio de Janeiro/Maracanã e Volta Redonda;
- constituição do GT Capacitação, destinado à criação de plano de capacitação para os membros;
- constituição do GT Regimento, destinado à elaboração do Regimento Interno;



- constituição do GT Autoavaliação, destinado à elaboração do instrumento para Autoavaliação Institucional 2012;
- criação de sala virtual, com emprego da plataforma *Moodle*, para informação, discussão e formação continuada dos membros;
- participação de reunião com a Comissão de Avaliadores Externos, designados pelo INEP, na visita de avaliação para fins de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural – *campus* Nilópolis;
- participação de reunião com a Comissão de Avaliadores Externos, designados pelo INEP, na visita de avaliação para fins de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Química dos Produtos Naturais – *campus* Nilópolis;
- participação de reunião com a Comissão de Avaliadores Externos, designados pelo INEP, na visita de avaliação para fins de reconhecimento do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas – *campus* Rio de Janeiro / Maracanã;
- participação de reunião com a Comissão de Avaliadores Externos, designados pelo INEP, na visita de avaliação para fins de reconhecimento do curso de Licenciatura em Matemáticas – *campus* Volta Redonda;
- participação de reunião com a Comissão de Avaliadores Externos, designados pelo INEP, na visita de avaliação para fins de reconhecimento do curso de Licenciatura em Física – *campus* Volta Redonda;
- participação de reunião com a Comissão de Avaliadores Externos, designados pelo INEP, na visita de avaliação para fins de reconhecimento do curso de Licenciatura em Química – *campus* Duque de Caxias;
- aplicação do questionário de autoavaliação institucional para docentes, discentes e técnicos-administrativos;
- análise e sistematização dos dados coletados; e,
- elaboração do Regimento Interno sendo submetido à pauta da primeira reunião ordinária de 2013 para aprovação.



4. PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM 2012

A autoavaliação realizada adotou uma metodologia participativa, onde os envolvidos (direta ou indiretamente) nos diferentes níveis e modalidades de formação foram convidados a expressar suas opiniões com relação a diferentes dimensões apontadas pela Lei nº 10.861/04.

Por questões temporais e, mesmo, inerentes ao processo de instalação da CPA, no ano de 2012 a avaliação pautou-se na aplicação de questionários e análise dos mesmos, com cruzamento de informações expressas nos Relatórios de Avaliações Externas de Cursos de Graduação, do INEP/MEC, referente aos cursos avaliados no mesmo ano.

Dada a inexistência de uma cultura de autoavaliação institucional, sendo o procedimento algo novo para a maioria da comunidade, a participação é considerada significativa; porém, necessita ser ampliada para que os dados tornem-se mais consistentes. Certamente com o processo de implementação da CPA, a participação nos próximos anos tornar-se-á quantitativamente maior; bem como, as fontes de coletas de dados serão gradativamente ampliadas, fornecendo mais subsídios para as análises dos membros da comissão e para a tomada de decisão pelos gestores.

A Autoavaliação Institucional 2012 constitui-se sobre três questões:

- atendimento as exigências da Lei 10.861/04;
- diagnóstico das condições atuais de ensino, pesquisa e extensão segundo percepção da comunidade interna; e,
- indicação de caminhos e possibilidades para a melhoria contínua dos diferentes aspectos avaliados.

4.1 POPULAÇÃO PARTICIPANTE DA AUTOAVALIAÇÃO 2012

A Autoavaliação Institucional 2012 abrangeu a todos os envolvidos no processo educacional: docentes, discentes e técnico-administrativos dos diferentes campi; excetuando-se os tutores e discentes de EaD e dos programas de extensão, público que participará oportunamente.

A comunidade foi sensibilizada e convidada a participar; mas, em momento algum foi convocada à fazê-lo. Diferentemente de práticas usuais nas instituições brasileiras, que condicionam a autoavaliação a rematrícula ou outro procedimento obrigatório, no âmbito do IFRJ a adesão ocorreu por livre e espontânea vontade, pautando-se no compromisso pessoal para com a instituição.

Em 2012 participaram:

- 155 docentes;
- 192 discentes; e
- 82 técnico-administrativos.

4.2 METODOLOGIA



Para a realização da Autoavaliação Institucional 2012, a CPA utilizou três questionários *online*, um para cada segmento da comunidade, com questões idênticas ou semelhantes, contemplando as dez dimensões expressas no SINAES.

Os questionários não foram identificados, sendo aberto à comunidade por meio de ferramenta virtual de pesquisa, de livre acesso pelo *site* institucional, onde constava pré-cadastro de todos os habilitados ao processo.

Os trabalhos iniciaram com a formulação dos questionários, quando todos os *campi* foram ouvidos e tiveram a oportunidade de encaminhar colaborações, através das CSA's. Após a elaboração e aprovação dos questionários, os mesmos foram disponibilizados na plataforma de pesquisa e a comunidade convidada a participar.

As CSA's realizaram atividades motivacionais, pelos seus membros, em cada *campi*, contando com auxílio da Assessoria de Comunicação (ASCOM) para ações de divulgação, por meio do envio de mensagens eletrônicas através de *mailing* institucional e notícias divulgadas na página principal da instituição. Mesmo assim, para 2013 as atividades terão que ser aperfeiçoadas, tendo sido constituído um grupo de trabalho com a finalidade de traçar estratégias de comunicação para a próxima avaliação a ser conduzida pela CPA.

Após a coleta, os dados foram tratados estatisticamente e analisados, baseando-se também no cruzamento de informações com outros documentos disponíveis.

Para contemplar as dez dimensões do SINAES foram elaboradas dez questões, sendo uma questão por dimensão, conforme mostrado a seguir:

Dimensão I – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional:

Docentes	Discentes	Técnicos-administrativos
Você conhece a missão do IFRJ, expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)?		

Dimensão II – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e para a gestão, e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

Docentes	Discentes	Técnicos-administrativos
Como você avalia a distribuição de bolsas de pesquisa, bolsas de monitoria e outras formas de fomento à produção acadêmica e extensão, no que concerne à organização, transparência, divulgação e quantidade?		

Dimensão III – A responsabilidade social, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

Docentes	Discentes	Técnicos-administrativos
Como você avalia a contribuição do IFRJ para a inclusão social, defesa do meio ambiente, promoção da memória e do patrimônio cultural e para a produção e divulgação artística?		

Dimensão IV – A comunicação com a sociedade;

Docentes	Discentes	Técnicos-administrativos
Como você avalia a integração entre o IFRJ e a comunidade externa?		

Dimensão V – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

Docentes	Discentes	Técnicos-administrativos
Como você avalia as políticas e incentivos (licença, redução de jornada, concessão de auxílios financeiros etc) do IFRJ para sua formação continuada (cursos de aperfeiçoamento, pós-graduação, eventos e atividades afins)?	Como você avalia as políticas e incentivos institucionais para a participação em atividades extracurriculares (eventos, cursos, atividades artístico-culturais e afins)?	Como você avalia os incentivos (licença, redução de jornada, concessão de auxílios financeiros etc.) do IFRJ para sua formação continuada (cursos de aperfeiçoamento, pós-graduação, eventos e atividades afins).

Dimensão VI – A organização e a gestão, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios;

Docentes	Discentes	Técnico-administrativos
Como é sua participação nos diferentes órgãos colegiados e demais instâncias participativas (colegiado de campus, grupos de trabalho, conselhos, CPA e outros)?	Como é sua participação nos diferentes órgãos colegiados e demais instâncias participativas?	Como é sua participação nos diferentes órgãos colegiados e demais instâncias participativas (colegiado de campus, grupos de trabalho, conselhos, CPA e outros)?

Dimensão VII – A infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação:

Docentes	Discentes	Técnicos-administrativos
Em relação a infraestrutura necessária para o bom desempenho das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como você avalia as condições ofertadas pelo IFRJ?	A infraestrutura (salas de aulas, biblioteca, laboratórios e demais espaços pedagógicos) do IFRJ necessária ao seu aprendizado pode ser considerada:	A infraestrutura necessária ao bom desempenho de suas atividades profissionais pode ser considerada:

Dimensão VIII – O planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

Docentes	Discentes	Técnicos-administrativos
Você conhece a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e os processos de autoavaliação institucional?		

Dimensão IX – As políticas de atendimento aos estudantes:

Docentes	Discentes	Técnicos-administrativos
Como você avalia as políticas de assistência estudantil (atendimento à saúde, atendimento psicossocial e pedagógico, bolsas do Programa de Assistência Estudantil e afins)?		

Dimensão X – A sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social das continuidade dos compromissos na oferta da educação, em todos os seus níveis e modalidades:

Docentes	Discentes	Técnicos-administrativos
A transparência no emprego de recursos financeiros do IFRJ pode ser considerada:		

É importante salientar que o questionário aplicado teve a preocupação de evidenciar a relação entre as questões e as dimensões apontadas, tendo o cuidado de verificar o público a que se destina, considerando-se a área de responsabilidade e autoridade dos sujeitos da pesquisa.

A realização da Autoavaliação seguiu o seguinte cronograma:

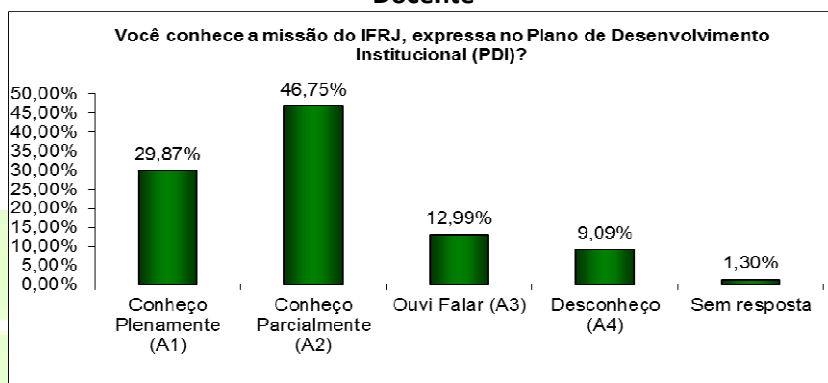
28/09 a 04/10/12	Disponibilização do Instrumento no AVEA para contribuições de todos os membros
05/10/12	Aprovação do Instrumento e organização do processo de sensibilização a ser desencadeado pelas CPA's Setoriais
08/10 a 14/11/12	Sensibilização da comunidade acadêmica
15/11 a 14/12/12	Disponibilização do questionário a ser respondido pela comunidade acadêmica (internet)
17/12/12	Início dos trabalhos de tratamento e análise dos dados

5. RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E AÇÕES SUGERIDAS

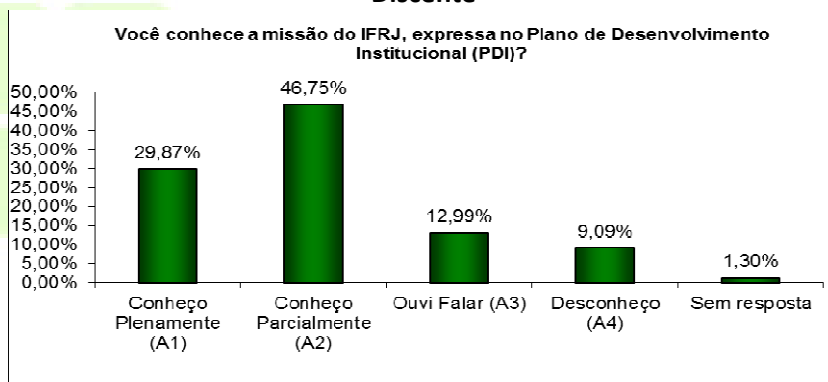
Com intuito de evitar interpretações parcializadas, optou-se por apresentar os dados coletados em forma de gráficos, suprimindo o caráter subjetivo na análise dos resultados obtidos. Foram apresentadas cinco opções de respostas. Os resultados obtidos são mostrados abaixo:

5.1 Dimensão I – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional:

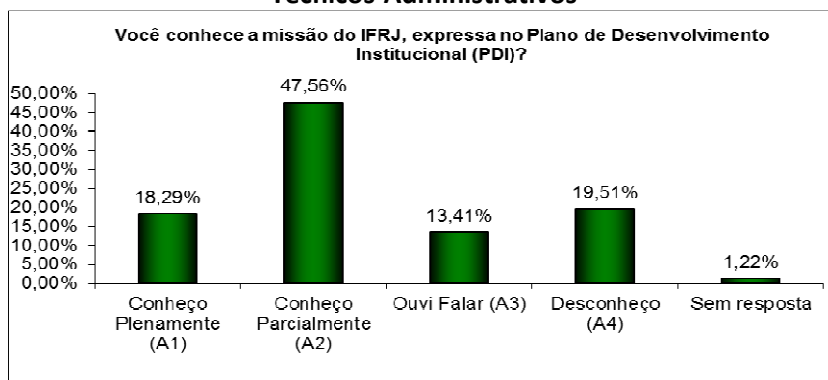
Docente



Discente



Técnicos-Administrativos



Respostas	Docentes	Discentes	Técnicos-Administrativos
A- Conheço Plenamente	29,87	5,82	18,29
B- Conheço Parcialmente	46,75	27,51	47,56
C- Ouvi Falar	12,99	20,63	13,41
D- Desconheço	9,09	46,03	19,51
E- Sem resposta	1,30	0,00	1,22

A questão visou analisar o conhecimento inicial sobre o PDI. Entende-se que sem conhecer a missão institucional não há possibilidade de interpretar o documento adequadamente; bem como, que desconhecer a missão institucional pode significar desconhecimento do próprio PDI.

A missão é a razão de existência da instituição; logo, deve ser questão primeira de todos que de uma forma ou outra se vinculam à mesma. Isso implica em conhecê-la e compreendê-la em sua íntegra, evitando que a atuação profissional ocorra de forma equivocada, baseada em experiências anteriores ou percepções individuais e não no que efetivamente se propõe o IFRJ. A ausência de conhecimento pleno da missão institucional se desdobra em conflitos que irão se revelar de diferentes formas e em diferentes espaços.

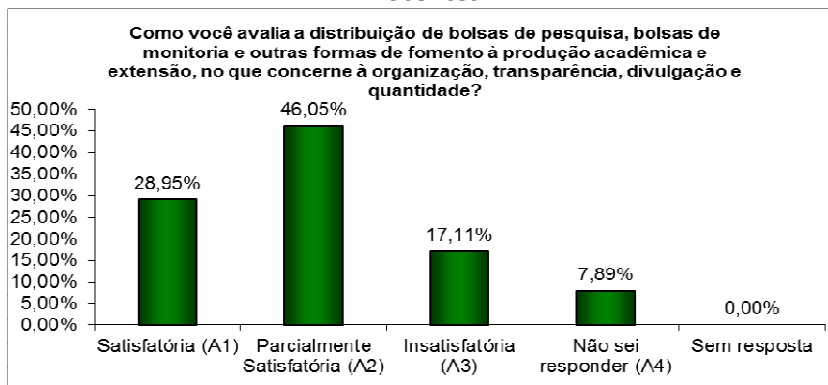
Os resultados da pesquisa se revelam preocupantes, especialmente no tocante a Docentes e Técnicos Administrativos, que de direta ou indiretamente possuem ação funcional baseada na missão institucional. O índice de Docentes e Técnicos Administrativos que conhecem a missão institucional plenamente pode ser considerado sofrível, merecendo atenção com ações imediatas.

Ações Propostas:

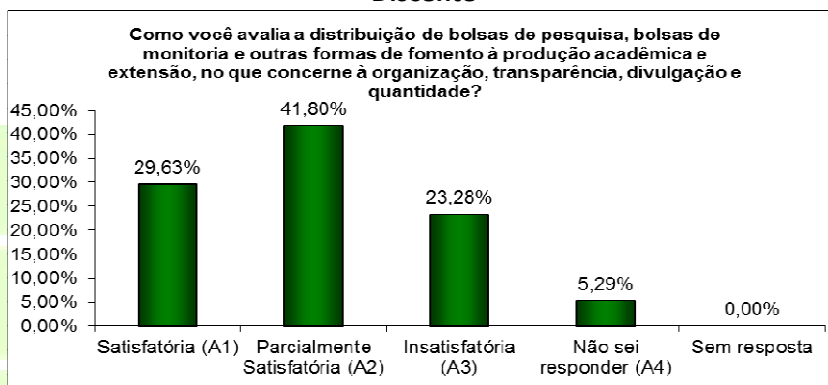
1. Inclusão de questões sobre o PDI e o PPI do IFRJ nos concursos públicos para docentes e técnico-administrativos, como forma de avaliar conhecimento prévio mínimo sobre a instituição. Esta é uma prática que vem tornando-se comum em instituições públicas de ensino.
2. Criação de programa de acolhida para servidores ingressantes, onde dentre outras questões poder-se-á explorar não apenas a missão institucional; mas, os documentos norteadores institucionais.
3. Aperfeiçoamento das ações de acolhida aos ingressantes, de todos os níveis, onde dentre outras questões poder-se-á explorar não apenas a missão institucional; mas, os documentos norteadores institucionais, no que couber ou se adequar.

5.2 Dimensão II – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e para a gestão, e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades:

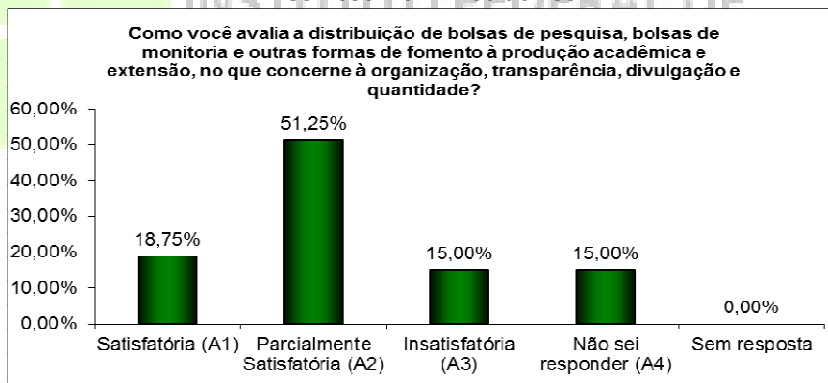
Docentes



Discente



Técnicos-Administrativos



Respostas	Docentes	Discentes	Técnicos-Administrativos
A- Satisfatória	28,95	29,63	18,75
A- Parcialmente Satisfatória	46,05	41,80	51,25
B- Insatisfatória	17,11	23,28	15,00
C- Não sei responder	7,89	5,29	15,00
D- Sem resposta	0,00	0,00	0,00

A questão proposta visou analisar a percepção da comunidade acerca das bolsas que concedem auxílio financeiro fomentando as ações de ensino, pesquisa e extensão; bem como, contribuindo para a permanência e êxito do alunado.

As diferentes formas de bolsa constituem uma das ações para o cumprimento da missão institucional; porém, faz-se necessário que a sociedade conheça as oportunidades, formas de acesso, critérios de distribuição e a própria prestação de contas dos recursos investidos.

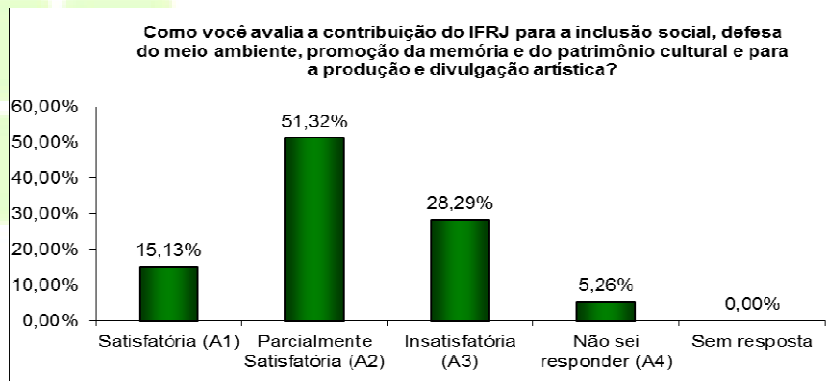
Os resultados demonstram que, por hora, este quesito é considerado parcialmente satisfatório; ou seja, compreende-se que a comunidade percebe a dimensão como atendida, mas sinaliza para a possibilidade de avanços.

Ações Propostas:

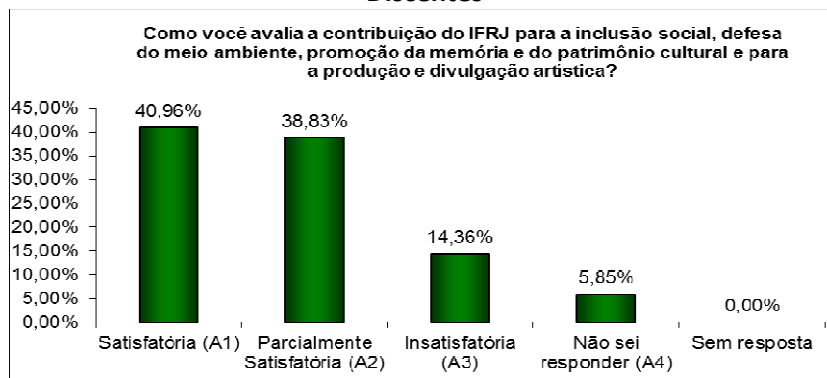
1. Promover práticas de melhor divulgação das bolsas disponíveis na instituição, para facilitar o conhecimento da comunidade acadêmica.
2. Divulgar amplamente os critérios de distribuição dos recursos financeiros voltados para essa finalidade e como cada *campi* as emprega.

5.3 Dimensão III – A responsabilidade social, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural:

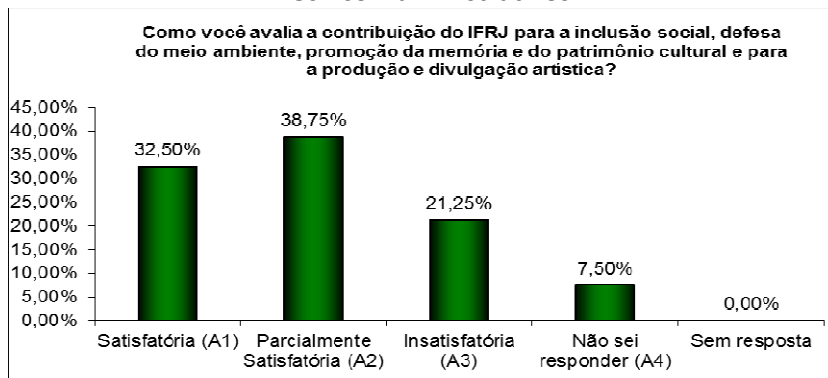
Docentes



Discentes



Técnico-Administrativos



Respostas	Docentes	Discentes	Técnicos-Administrativos
A. Satisfatória	15,13	40,96	32,50
B. Parcialmente Satisfatória	51,32	38,83	38,75
C. Insatisfatória	28,29	14,36	21,25
D. Não sei responder	5,26	5,85	7,50
E. Sem resposta	0,00	0,00	0,00

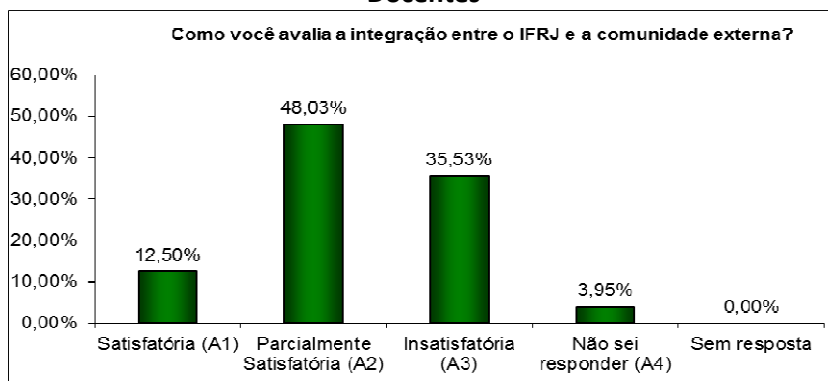
As diferentes visões entres os segmentos pesquisados decorre da relação que cada um estabelece com os elementos que compõe o quesito. Porém, os resultados não chegam a apontar alguma forma de inoperância institucional quanto à inclusão social, defesa do meio ambiente, promoção da memória, promoção do patrimônio cultural e produção e divulgação artística.

Ações Propostas:

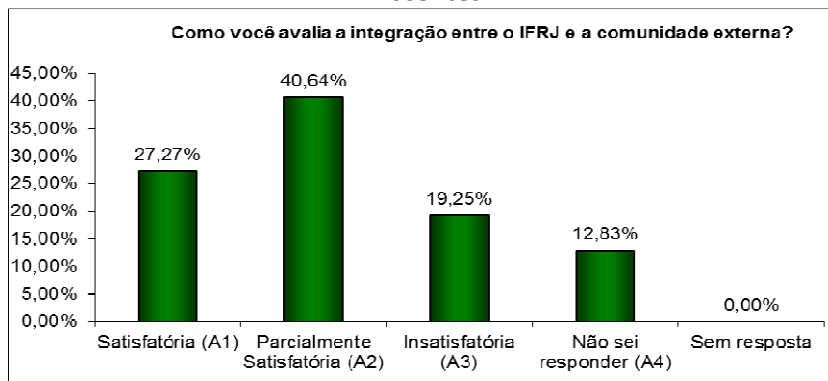
1. Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação institucional, proporcionando melhor visibilidade as ações correlatas ao quesito desenvolvidas no âmbito do IFRJ.

5.4 Dimensão IV – A comunicação com a sociedade:

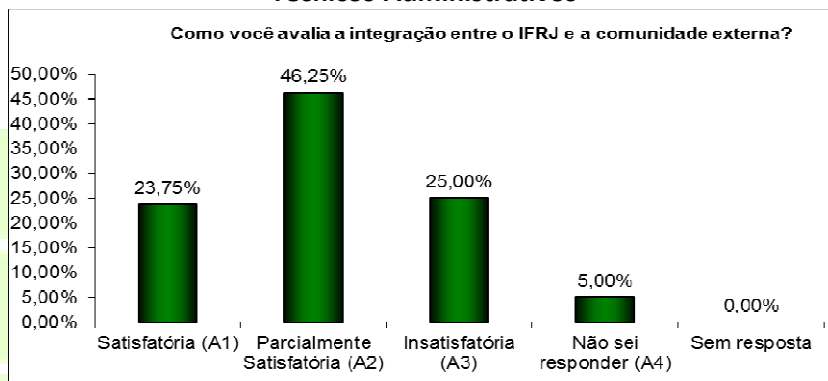
Docentes



Discentes



Técnicos-Administrativos



Respostas	Docentes	Discentes	Técnicos-Administrativos
A. Satisfatória	12,50	27,27	23,75
B. Parcialmente Satisfatória	48,03	40,64	46,25
C. Insatisfatória	35,53	19,25	25,00
D. Não sei responder	3,95	12,83	5,00
E. Sem resposta	0,00	0,00	0,00

A análise deste quesito sinaliza preocupação pelo significativo índice de insatisfação que surge nos três segmentos.

O relacionamento de uma instituição de ensino com a comunidade externa é fundamental e desenvolve-se não somente pelas ações de extensão; mas, também, por todas as formas de diálogo ou prestação de serviços.

O IFRJ possui um número considerado de ações que ocorrem em articulação com a comunidade externa, ouvindo-a ou colocando-se a serviço da mesma; porém, os resultados demonstram, à exemplo dos quesitos anteriores, que pode haver falta de conhecimento das mesmas.

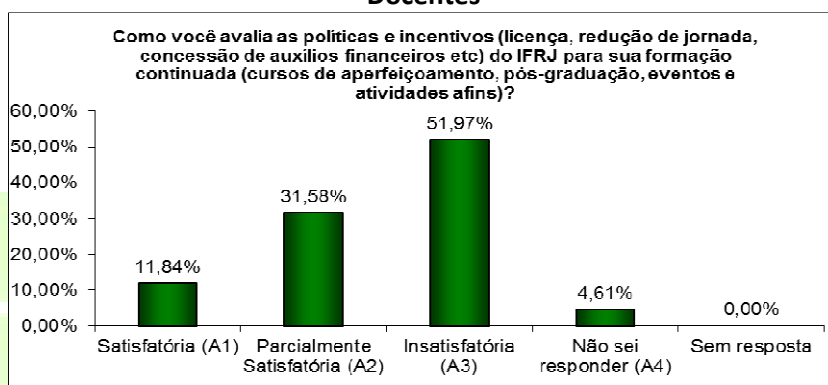
Certamente melhorias são possíveis; mas, o conhecimento e reconhecimento das mesmas, internamente, são prévios a qualquer debate em torno de avanços.

Ações Propostas:

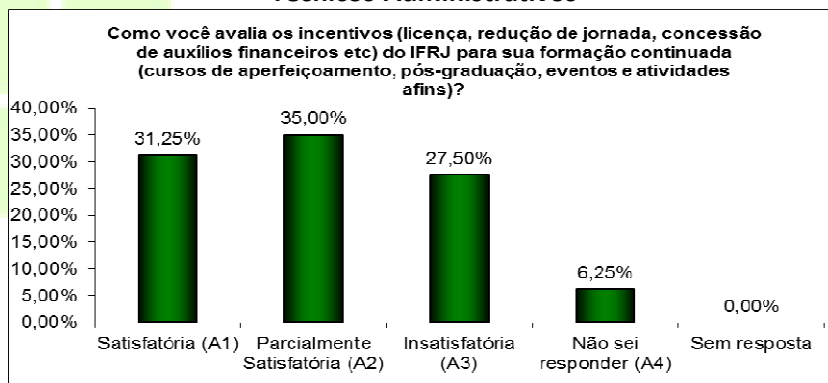
1. Promover ações, sistêmicas, que informem permanentemente a comunidade acadêmica sobre as diferentes ações que aproximam o IFRJ da comunidade externa.
2. Incentivar os grupos responsáveis pela elaboração de propostas de novos cursos, nos diferentes níveis, que na proposição dos mesmos apontem as ações de aproximação com a comunidade externa possíveis de serem desenvolvidas.

5.5 Dimensão V – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho:

Docentes



Técnicos-Administrativos



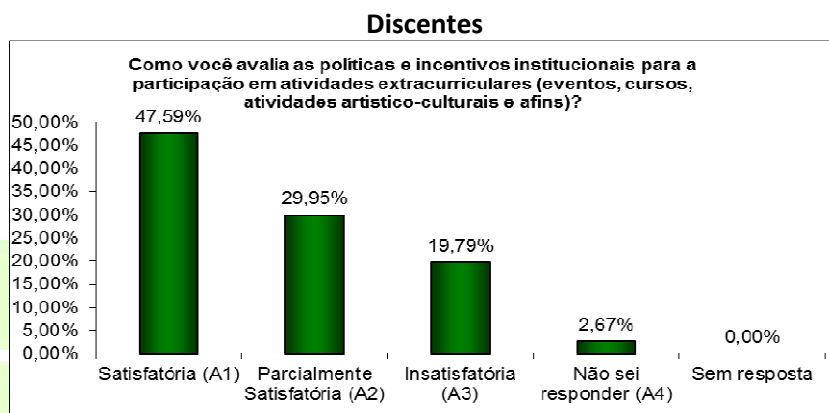
Respostas	Docentes	Técnicos-Administrativos
A. Satisfatória	11,84	31,25
B. Parcialmente Satisfatória	31,58	35,00
C. Insatisfatória	51,97	27,50
D. Não sei responder	4,61	6,25
E. Sem resposta	0,00	0,00

O índice de insatisfação entre os docentes é alto, sinalizando atenção à questão. Difere da percepção dos Técnicos Administrativos por representarem natureza de trabalho diferenciada. Não se quer dizer, com isso, que Técnicos Administrativos possuem menor necessidade de incentivos e oportunidades de formação continuada; mas, que pela natureza do trabalho docente, este se faz uma necessidade constante.

O índice de insatisfação decorre da ausência de uma política governamental e institucional clara quanto a questão, merecendo urgente atenção e delineamento de uma proposta que atenda às necessidades, desejos e anseios dos servidores, ao mesmo tempo que seja exequível institucionalmente.

Os reflexos de satisfação neste quesito, com as melhorias possíveis, certamente refletirão na qualidade do processo ensino-aprendizagem, dos serviços prestados e, sobretudo, na auto-estima dos servidores.

Quanto aos discentes, a questão sofreu um recorte, focando-se nas políticas e incentivos para participação e atividades extracurriculares, conforme segue:



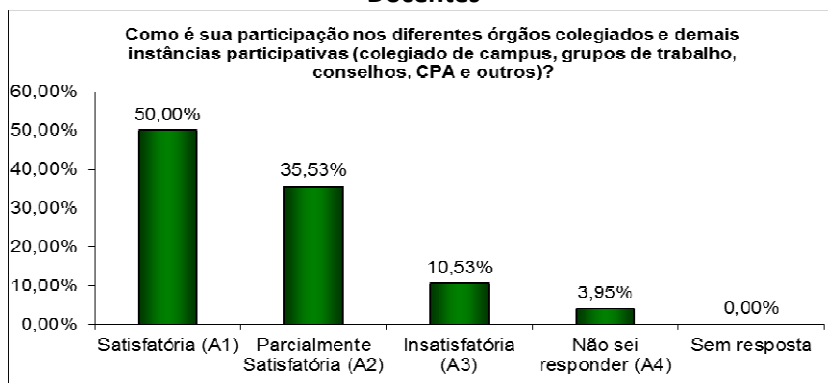
Os resultados apontam para um baixo índice de insatisfação; ou seja, a instituição, à medida do possível, incentiva e viabiliza a participação em atividades extramuros. Esta condição pode ser confirmada pelos indicadores de produção discente, que serão contemplados pelo Projeto de Autoavaliação Institucional 2013-2014.

Ações Propostas:

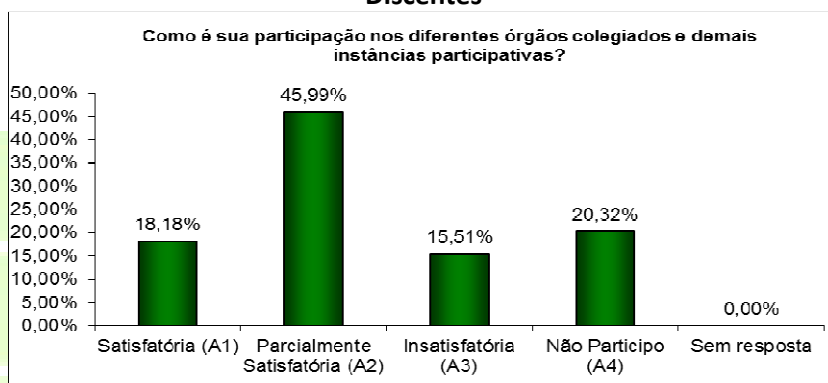
1. Elaboração de uma política de incentivos à formação continuada, em seu sentido mais amplo, com critérios claros de concessão de benefícios (afastamentos, auxílios financeiros, redução de jornada etc).
2. Flexibilização de carga horária dos servidores, por período determinado, para integralização de créditos em programas de pós-graduação *stricto sensu*.
3. Viabilização de MINTER (Mestrado Interinstitucional) e DINTER (Doutorado Interinstitucional) oportunizando formação continuada sem afastamento institucional, articulando-se ao trabalho.

5.6 Dimensão VI – A organização e a gestão, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios:

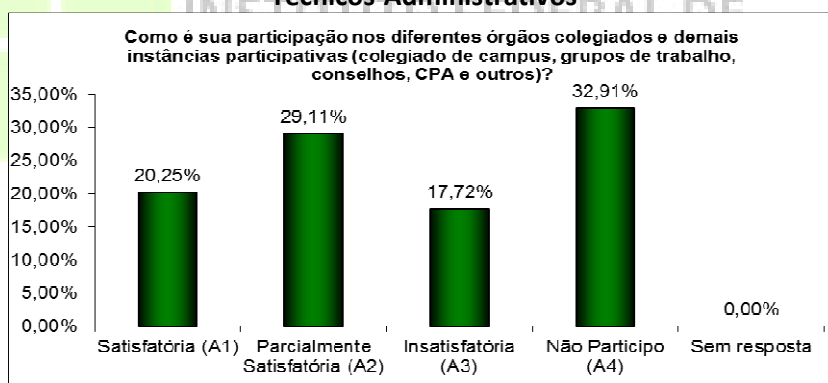
Docentes



Discentes



Técnicos-Administrativos



Respostas	Docentes	Discentes	Técnicos-Administrativos
A- Satisfatória	50,00	18,18	20,25
B- Parcialmente Satisfatória	35,53	45,99	29,11
C- Insatisfatória	10,53	15,51	17,72
D- Não sei responder	3,95	20,32	32,91
E- Sem resposta	0,00	0,00	0,00

Os espaços de participação docente são maiores, tendo em vista a natureza do trabalho e a forma de organização institucional. Os Conselhos de Ensino, Pesquisa ou Extensão; Colegiados de Cursos; e, Núcleos Docentes Estruturantes são espaços de participação docente; conseqüentemente, o índice

de será maior. Diferentemente são os espaços para discentes e técnico-administrativos, justificando a baixa participação.

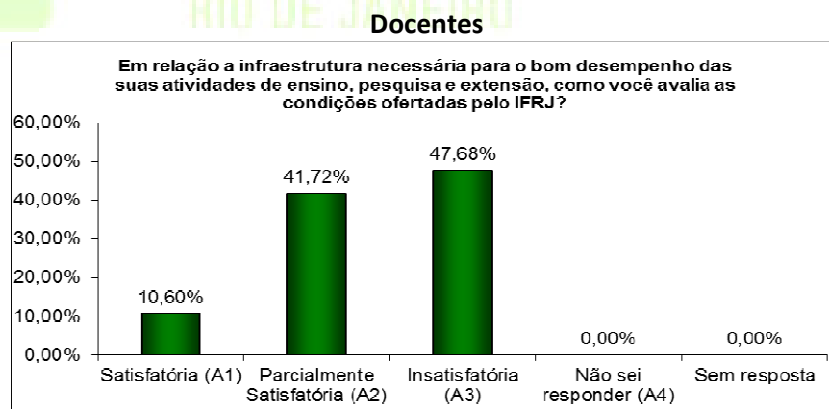
Porém, faz-se necessário o estímulo permanente para que todos se envolvam na construção e gestão institucional, legitimando os espaços de decisões colegiadas como instâncias verdadeiramente democráticas.

Ações Propostas:

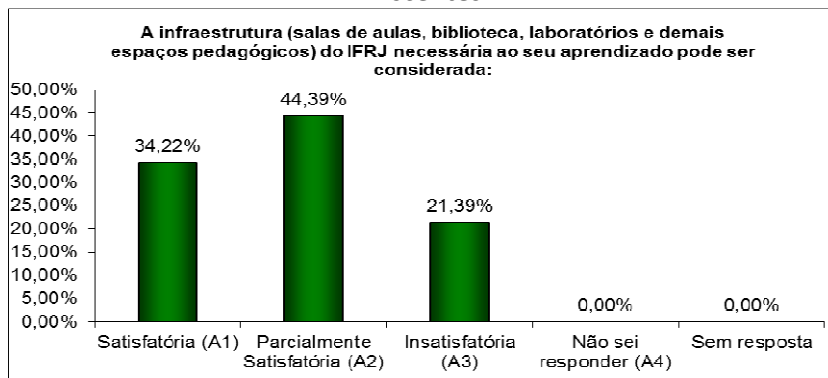
1. Estimular os docentes, discentes e técnico-administrativos para participação nos diferentes espaços colegiados, desde o seu ingresso na instituição, através de ações que apresentem aos mesmos as possibilidades existentes.
2. Proporcionar incentivos para a participação de docentes e de técnico-administrativos, com o cômputo na carga horária semanal de atividades profissionais.
3. Proporcionar incentivos para a participação estudantil, através do aproveitamento de carga horária na forma de atividades complementares ou que for conveniente.
4. Estimular a criação e efetivo funcionamento dos centros acadêmicos e diretórios acadêmicos. Sugere-se uma ação pontual, articulada pela PROEX com o envolvimento da PROET e da PROGRAD para que estas instâncias de participação estudantil sejam garantidas e tenham papel efetivo.

5.7 Dimensão VII – A infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação:

Cada questionário teve ajustes nas perguntas, de forma a ocorrer melhor compreensão pelos respondentes e chegar aos mais próximo possível do esperado pela CPA.



Discentes



Técnicos-Administrativos



Respostas	Docentes	Discentes	Técnicos-Administrativos
A. Satisfatória	10,60	34,22	21,52
B. Parcialmente Satisfatória	41,72	44,39	48,10
C. Insatisfatória	47,68	21,39	30,38
D. Não sei responder	0,00	0,00	0,00
E. Sem resposta	0,00	0,00	0,00

Este quesito demonstra-se como um dos mais preocupantes do processo, dados os elevados índices de insatisfação entre todo o universo de respondentes.

O quesito centra-se na infra-estrutura que pela percepção de docentes, discentes e técnico-administrativos não é satisfatoriamente adequada às necessidades dos processos ensino-aprendizagem e das atividades laborais. Esta percepção é confirmada pelos resultados das avaliações externas para fins de reconhecimento de cursos ocorridas em 2012, quando 05 (cinco) *campi* que possuem cursos de graduação foram avaliados, sendo que 04 (quatro) receberam diversos registros de inadequações, sobretudo por:

- inexistência de gabinetes de trabalho para os docentes em Tempo Integral (quesito exigido nas avaliações dos cursos de graduação, não podendo o espaço ser confundido com sala dos professores);
- inexistência de gabinete de trabalho individual para Coordenadores de Curso;
- inexistência de livre acesso ao acervo bibliográfico;

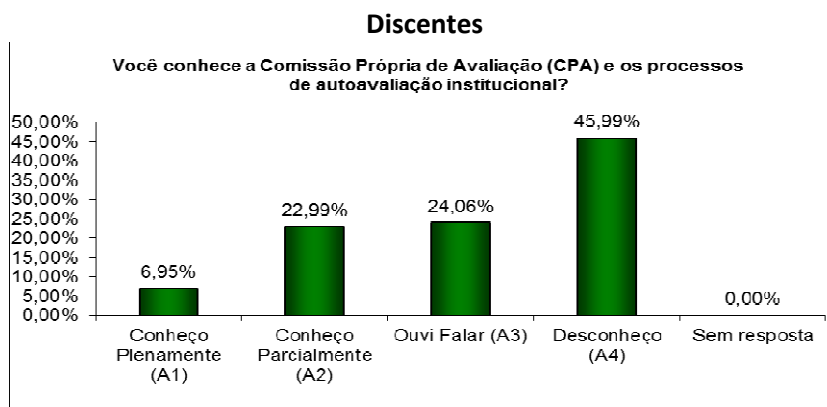
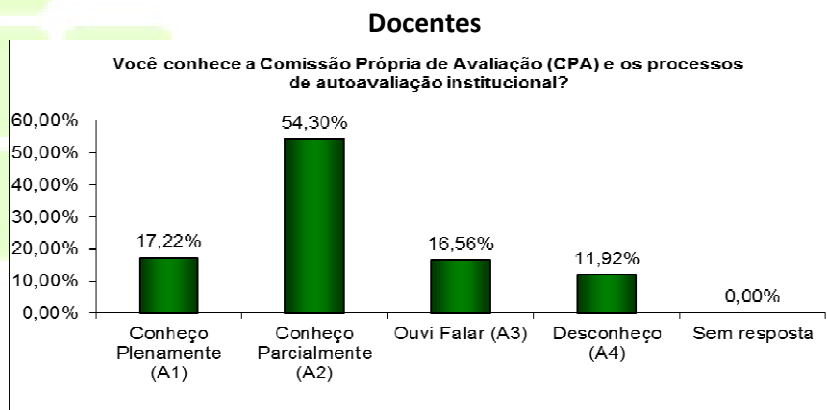
- d. acervo bibliográfico insuficiente;
- e. dimensões reduzidas das salas de aulas para o número de alunos; e,
- f. dificuldades de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

Contudo, tem-se que considerar que a instituição passa por uma grande expansão em número de *campi*, cursos, docentes etc; conseqüentemente, há uma questão temporal necessária para os ajustes de infra-estrutura.

Ações Propostas:

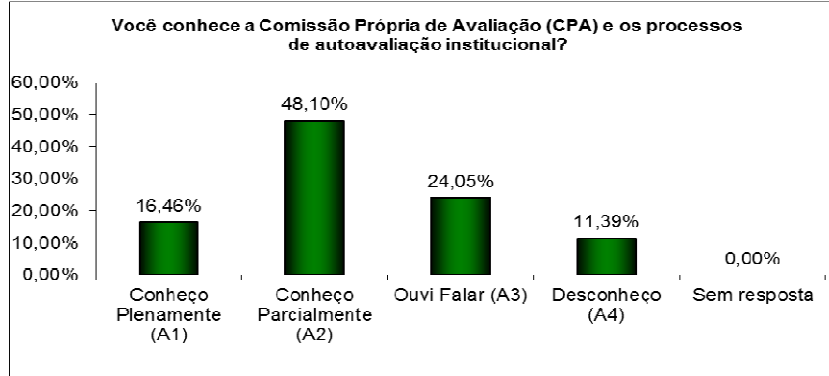
1. Constituir Grupo de Trabalho para avaliar as reais condições da estrutura física de cada *campus*, considerando as peculiaridades de cada curso, a regulação no que diz respeito a matéria e os quesitos de avaliação; bem como, propondo as melhorias que sejam necessárias.
2. Condicionar a abertura de novos cursos à existência de infra-estrutura, do *campus* que atenda minimamente 50% da implementação dos mesmos, no ato de autorização.

5.8 Dimensão VIII – O planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional:





Técnicos-Administrativos



Respostas	Docentes	Discentes	Técnicos-Administrativos
A- Conheço Plenamente	17,22	6,95	16,46
B- Conheço Parcialmente	54,30	22,99	48,10
C- Ouvi Falar	16,56	24,06	24,05
D- Desconheço	11,92	45,99	11,39
E- Sem resposta	0,00	0,00	0,00

O resultado demonstra desconhecimento da CPA e dos processos de auto-avaliação institucional, que decorre da inexistência de uma cultura de avaliação no IFRJ. Considera-se reflexo do próprio processo histórico da CPA na instituição, apontada no item 3 deste documento.

Ciente do fato a CPA criou, em Janeiro/2013, um Grupo de Trabalho para elaborar estratégias de comunicação, objetivando maior visibilidade dos trabalhos desenvolvidos. À medida que a comunidade compreender o significado da autoavaliação institucional e o papel da CPA, o envolvimento com o processo ganhará maior dimensão, inclusive quantitativa.

Ações Propostas:

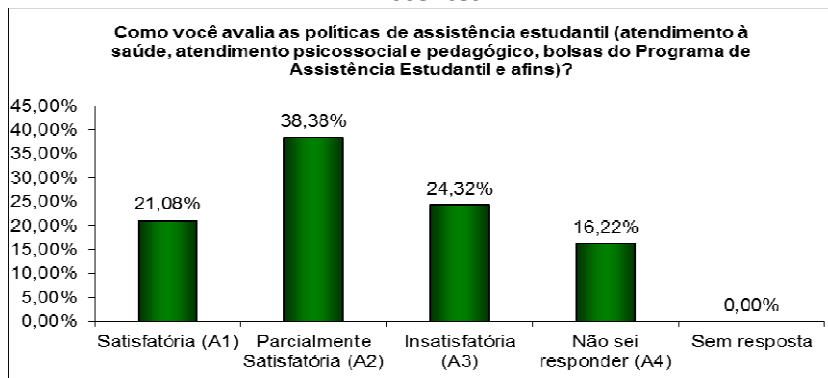
1. Criar estratégias de comunicação que apresentem à comunidade acadêmica o significado da autoavaliação institucional e as ações desenvolvidas pela CPA.

5.9 Dimensão IX – As políticas de atendimento aos estudantes:

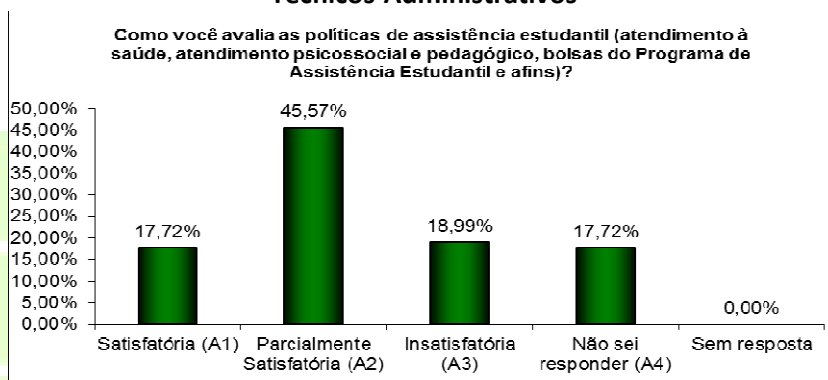
Docentes



Discentes



Técnicos-Administrativos



Respostas	Docentes	Discentes	Técnicos-Administrativos
A. Satisfatória	23,18	21,08	17,72
B. Parcialmente Satisfatória	41,72	38,38	45,57
C. Insatisfatória	22,52	24,32	18,99
D. Não sei responder	12,58	16,22	17,72
E. Sem resposta	0,00	0,00	0,00

Os resultados apresentam um equilíbrio de percepção sobre o quesito entre os diferentes segmentos, indicando que há satisfação, mesmo que parcialmente. Porém, o índice de respondentes que desconhecem as políticas de assistência estudantil é relativamente alto para um quesito que possui grande impacto em todo processo de ensino aprendizagem, influenciando a permanência e o êxito estudantil.

A instituição dispõe de diversos serviços e ações que atendem as políticas de assistência estudantil; porém, podem não ser suficientemente conhecidas e/ou compreendidas pela comunidade.

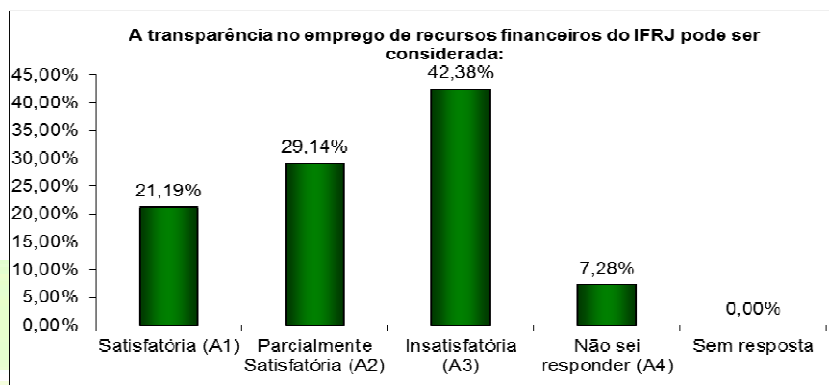
Ações Propostas:

1. Implantar um sistema de avaliação das políticas de assistência estudantil que possam apontar a efetividade de cada ação ou serviço, visando o aperfeiçoamento das mesmas.

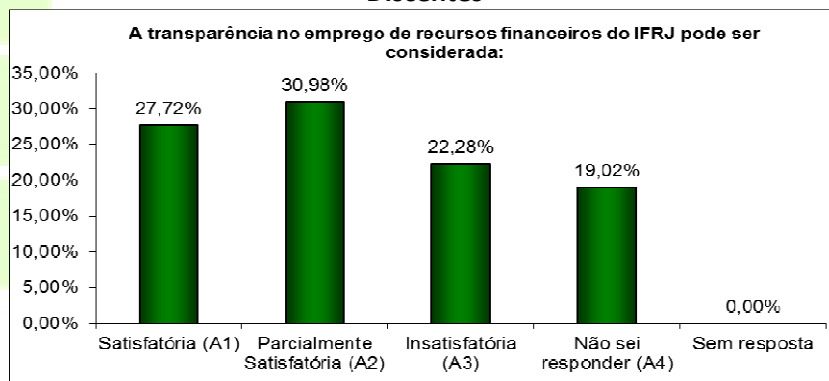
2. Aperfeiçoar os mecanismos de divulgação das políticas de assistência estudantil para que toda a comunidade possa conhecer as possibilidades, o acesso e os impactos das mesmas.

5.10 Dimensão X – A sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social das continuidade dos compromissos na oferta da educação, em todos os seus níveis e modalidades:

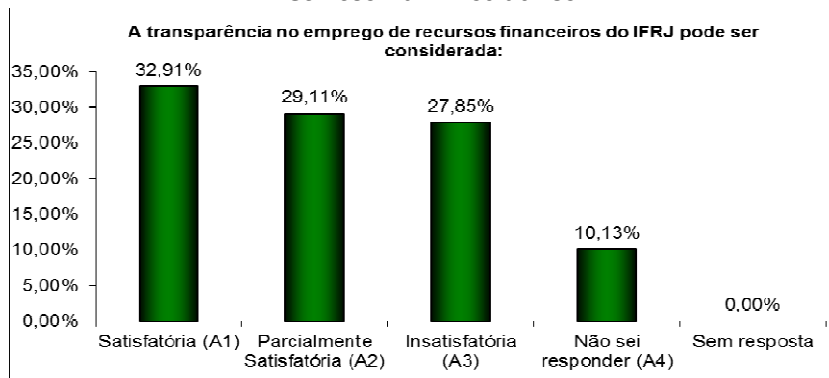
Docentes

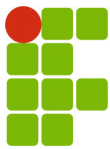


Discentes



Técnicos Administrativos





Respostas	Docentes	Discentes	Técnicos-Administrativos
A. Satisfatória	21,19	27,72	32,91
B. Parcialmente Satisfatória	29,14	30,98	29,11
C. Insatisfatória	42,38	22,28	27,85
D. Não sei responder	7,28	19,02	10,13
E. Sem resposta	0,00	0,00	0,00

A CPA buscou, neste quesito, identificar como a comunidade avalia a transparência na aplicação dos recursos financeiros da instituição, o que apontou para elevados índices de insatisfação e de desconhecimento.

Tem-se que considerar que a instituição apresenta, anualmente, o Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU); porém, possivelmente não seja de conhecimento da comunidade acadêmica. Porém, o processo de transparência implica que os investimentos sejam apresentados de forma clara, didática, por cada *campus* e de forma sistêmica.

O desconhecimento de questões orçamentárias e financeiras leva a percepções equivocadas da realidade, podendo o quesito ter respostas melhores com ações que possibilitem maior visibilidade.

Ações Propostas:

1. Divulgar a comunidade acadêmica os Relatórios de Gestão aprovados pelo TCU.
2. Criar um sistema de prestação de contas por *campus*, com linguagem acessível à comunidade interna e externa.
3. Garantir participação da comunidade nas decisões sobre emprego de recursos financeiros institucionais.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2012 a CPA do IFRJ além de ter retomado suas atividades com uma nova estrutura e dinâmica, foi objeto de uma pesquisa que resultou em dissertação de Mestrado denominada “**A Perspectiva da Autoavaliação Institucional e Seus Desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**”, de autoria de Liz Denize Carvalho Paiva, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A pesquisadora analisou a CPA do IFRJ em seu processo de reestruturação e apresenta significativas contribuições para sua efetiva implementação, destacando-se a constatação de que,

O entendimento do IFRJ acerca do **conceito da autoavaliação** institucional foi referenciado sob a cultura do objetivismo e quantitativismo presentes nas práticas do governo como o ENC e o ENADE e que parecem ter influenciado a instituição.

Em contrapartida também foram verificadas relações entre a autoavaliação institucional, a **gestão** e a tomada de decisão. A autoavaliação também foi mencionada como possibilidade de se propor melhorias aos processos existentes, principalmente no ensino-aprendizagem, na elaboração e no acompanhamento dos documentos como o PDI, o PPI e nos Relatórios institucionais, demonstrando que o IFRJ tem a noção dos benefícios deste processo avaliativo, mas que ainda não conseguiu realizá-lo.

Das **experiências** vivenciadas deste a transformação do IFRJ, percebeu-se como referencial de concretude, os primeiros passos conferidos pela **Comissão de Reestruturação da CPA**, em ação desde sua nomeação em janeiro de 2011. De acordo com as apresentações realizadas nas Reuniões de Sensibilização, parece que apesar da motivação inicial desta ação ter sido pelo caráter regulatório, a condução do processo e as respostas dadas por parte da comunidade apontam para a conscientização avaliativa, impulsionada pelo comprometimento de alguns componentes do IFRJ.

(...)

Parece que parte da comunidade acadêmica do IFRJ está despertando para este aspecto da avaliação, do quanto pode contribuir com as dificuldades correntes, entendendo que a avaliação se faz presente no dia a dia e não só quando se estabelece a regulação na figura das Comissões Externas do MEC em tempos de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento de cursos.

Este Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional, referente ao ano civil de 2012, demonstra os primeiros passos da concretização do processo de autoavaliação, avançado no que a pesquisadora constatara até o final do ano de 2011.

Apesar de ser um trabalho desenvolvido em um curto espaço temporal, de pouco mais de 07 (sete) meses, concomitantemente a diversas outras demandas como a participação nos processos de avaliação externa para fins de reconhecimento de cursos de graduação, apontados no item 3; é um significativo avanço em relação ao status anterior. Obviamente, não apenas os relatórios futuros, mas toda a estrutura e dinâmica da CPA sofrerão aperfeiçoamento, melhorias e ampliações, à medida que a comissão estrutura-se; pois, conforma a Liz Denize Carvalho Paiva,

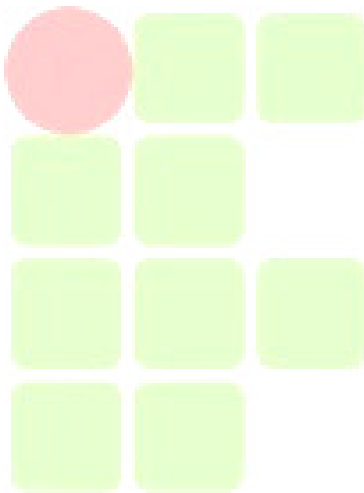
Quanto aos **desafios** identificados na pesquisa, ficaram em relevo a formação da CPA, quanto ao número de participantes e as dificuldades que possam surgir com as distâncias territoriais entre os campi e a Reitoria. Somaram-se a necessidade de se buscar e formar colaboradores com um **perfil** entusiástico, diplomático, agregador, negociador e consciente dos conceitos entre regulação e avaliação (...).

Outros elementos desafiadores foram as condições de trabalho que esta equipe precisará, desde espaço físico, suporte de sistema informatizado, disponibilidade de tempo para as ações, até a formação técnica e humana dos componentes.

Os desafios para a CPA são grandes; mas, não menores que os desafios da própria instituição frente à sua expansão e consolidação como referência nacional. Neste sentido, a CPA, no uso de sua autonomia, propõe ações que poderão contribuir à gestão institucional. Tais ações, com caráter de sugestão, comporão futuras avaliações dos quesitos em tela, como forma de analisar em que medida foram implementadas e como contribuíram para a melhoria dos indicadores.



Em síntese, as ações propostas pela CPA centram-se no aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação institucional, compreendidos em sentido amplo, possibilitando que a comunidade interna externa tenha pleno conhecimento sobre os elementos que compõe as dez dimensões avaliadas. Somente com conhecimento da realidade torna-se possível a participação efetiva nos diferentes espaços democráticos e o conseqüente debate qualificado, propulsor de efetivas transformações.





7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, n72, seção 1, p. 3-4, de 15 de janeiro de 2004.

BRASIL. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 132, seção 1, p. 12, de 12 de setembro de 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. – 5. ed. revisada e ampliada – Brasília: INEP, 2009.

PAIVA, LIZ DENIZE CARVALHO. A Perspectiva da Autoavaliação Institucional e Seus Desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Dissertação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Mestrado em Educação Agrícola. Seropédica, 2012.

